

MARIA ODILA LEITE DA SILVA DIAS

NOVAS SUBJETIVIDADES NA PESQUISA HISTÓRICA FEMINISTA: uma hermenêutica das diferenças ¹

¹ Este trabalho foi apresentado no Colóquio Internacional Formação, Pesquisa e Edição Feministas na Universidade, Brasil, França e Quebec, no Rio de Janeiro, de 6 a 10 de junho de 1994

Não há por que considerar a oposição masculino-feminina tal como se apresenta hoje, com uma carga de definições culturais herdadas do passado, como se fosse necessária ou inata. O estudo das relações de gênero caminha no sentido de documentar as diferenças culturais, de nuançá-las, de modo que um dia, eventualmente transformadas, possam se aproximar; neste momento em vez de destacar-se em confrontos de nitidez cultural desnecessária estarão provavelmente nuançadas em uma multiplicidade de diferenças que não somos capazes de ver hoje. Ser mulher denotará antes o ser gente do que um ser de características biologicamente significativas, porém hoje em dia culturalmente superadas. Trabalhar no sentido de vencer estas polaridades tanto das relações de gênero como de categorias de pensamento implica lidar com os problemas teóricos de mudança, ruptura e descontinuidades históricas.

Por isso parecem prematuras, neste momento, obras de história geral das mulheres, pois resta muito ainda por fazer antes de tentar novas sínteses. A tendência deste gênero de obra, como ocorre com a *História das Mulheres* de Michelle Perrot e Georges Duby, é a de adotar parâmetros antiquados, que já não nos servem, como, por exemplo, a moldura da história evolutiva, linear, do progresso. Estes parâmetros envolvem categorias de dominação, que a crítica feminista pretende neutralizar e a historiografia contemporânea já descartou. Fato é que há muito renunciamos às perspectivas lineares, a conceitos fixos, a categorias abstratas, tais como nacionalidade, progresso, mesmo ao conceito de classes sociais *per se*, enquanto categorias, para aceitá-las de novo, revistas, enquanto processo, movimento histórico, no tempo, a delinear a diversidade das mais variadas conjunturas sociais.

Na epistemologia feminista sujeito e objeto estão diluídos um no outro. A hermenêutica apreende o sujeito

como parte do mundo e não o mundo do sujeito, de modo que desvende a possibilidade de novas formas de apreensão da subjetividade feminina em outras épocas do passado. Os estudos feministas propõem uma redefinição dos processos de subjetividade, uma crítica ao conceito de identidade, assim como ao conceito da própria racionalidade no mundo contemporâneo, que se volta para o passado a fim de se reencontrar, devidamente relativizada, no presente. Através de focos narrativos, a hermenêutica do cotidiano procura historicizar aspectos concretos da vida de todos os dias dos seres humanos - homens e mulheres - em sociedade. Justamente como reforço do seu prisma movediço, surgido num mundo instável e em processo de transformação, supõe-se uma das frentes críticas do conhecimento contemporâneo.

Os estudos feministas participam em cheio do processo de reelaboração dos métodos das ciências humanas, pois parece indiscutível a necessidade de precisar novos métodos mais condizentes com a política das mulheres. Criticar totalidades e estereótipos universais é a principal opção teórica das estudiosas feministas. Necessariamente condicionada por conjunturas sociais, históricas, culturais determinadas, a consciência feminista adere ao historicismo, dadas as proporções relativistas que toma.

Impõe-se a necessidade de documentar a experiência vivida como possibilidade de abrir caminhos novos. Outras interpretações de identidades femininas somente virão à luz na medida em que experiências vividas em diferentes conjunturas do passado forem gradativamente documentadas, a fim de que possa emergir não apenas a história da dominação masculina mas sobretudo os papéis informais, as improvisações, a resistência das mulheres - justamente o que a *História das Mulheres* de Michelle Perrot não chegou a realizar.

Uma história engajada jamais se restringiria aos discursos normativos sobre as mulheres; na verdade, pode-se afirmar que estes recantos do passado, embora já claramente vislumbrados pela teoria feminista, ainda não chegaram a ser incorporados pela memória ou pela cultura contemporânea. Por isso é que se trata de uma vanguarda promissora de conhecimentos. "O feminino foi excluído do discurso e aprisionado por ele; genérico e sem condição de explicitação a não ser no plano da especificidade histórica, da sua concretude, da sua negação, enquanto categoria universal"².

A história traça uma ponte entre o presente e o futuro de modo que aos poucos, na medida da produção deste conhecimento novo, poder-se-á prever o escrutínio do vir a ser de mulheres diferentes daquelas que foram

² DIAS, Maria Odila da Silva
Teoria e Método dos Estudos
Feministas In: COSTA,
Albertina de Oliveira e
BRUSCHINI, Cristina (ed.),
Uma Questão de Gênero.
São Paulo Fundação Carlos
Chagas/Rosa dos Tempos,
1992

ideologicamente determinadas pela cultura. O conhecimento histórico dessas identidades femininas até hoje desconhecidas seria um passo na construção de subjetividades plurais, liberadas do jugo da categoria epistemológica dos séculos XVII e XVIII de um Sujeito Abstrato Universal.

Alguns reagem com pessimismo ao desafio desta tarefa. Para a feminista italiana Patrícia Violi, por exemplo, não existiriam ainda mediações simbólicas que permitissem a transição do puramente individual para a subjetividade como experiência social, uma vez que todos os elos culturais estão comprometidos com a cultura de dominação masculina³. Para contrabalançar este viés tão drástico bastaria lembrar caminhos novos abertos na crítica das humanidades desde Nietzsche e Dilthey, retomados nas últimas décadas por Gadamer, Habermas, Mikhail Bakhtin⁴.

A história da experiência vivida enquanto papéis informais de resistência das mulheres em sociedade envereda por trilhas recém abertas nas vanguardas críticas das ciências humanas. Para apreender no passado estes momentos de resistência é preciso uma formação crítica do historiador (a) que enseje a elaboração de conceitos temporalizados e a vontade de perseguir abordagens teóricas necessariamente parciais, pois o saber teórico implica também um sistema de dominação. A crítica feminista torna-se contextual, histórica e relativista, o que de início implica uma atitude crítica iconoclasta que consiste em não aceitar totalidades universais ou balizas fixas. Trata-se de historicizar os próprios conceitos com que se tem de trabalhar, tais como reprodução, família, público, particular, cidadania e sociabilidades, a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina⁵.

Para estabelecer um enfoque feminista mais nítido, algumas balizas metodológicas podem ser tomadas de empréstimo às ciências humanas, desde que provenham destas frentes contemporâneas de crítica do conhecimento, com as quais os estudos feministas têm um compromisso fundamental e ineludível. Para Claude Lefort, o pensamento crítico é aquele capaz de escrutinar o vazio, às vezes o próprio oco da ideologia, trabalhando as vias de exteriorização da ideologia, a que se refere como ao lado de fora do pensamento: "O discurso do historiador não fixa o passado somente em sua determinação; transportando para dentro de suas fronteiras a questão de sua identidade, exhibe-a duplicando-a, de tal maneira que se institui um dever do conhecimento, a possibilidade de um retorno indefinido da questão através do deslocamento

³ VIOLI, Patrícia *Gender, Subjectivity and Language* In: ALCOFF, Linda e POTTER, Elizabeth (ed.), *Feminist Epistemologies*. Nova Iorque: Routledge, 1993.

⁴ GADAMER, Hans-Georg *Language as the Medium of Hermeneutical Experience* In: GADAMER, Hans-G., *Truth and Method* Nova Iorque: Crossroad, 1984, p. 345

⁵ SPELMAN, Elizabeth *Inessential Woman: Problems of exclusion in feminist thought*. Boston: Beacon Press, 1988

⁶ LEFORT, Claude, *As Formas da História* S.n.t., p. 295, 280.

de seus termos, uma ciência ocupada em modificar suas aquisições para captar seu objeto”⁶.

O que decididamente não deve ser tentado é a inclusão nos estudos femininos de métodos tradicionais, funcionalistas, apropriados a sociedades estáveis, bem assentadas, e cuja permanência eles pretendem reforçar. É o risco no qual incorrem trabalhos de história das famílias quando são tomadas como instituições fixas e não processos em permanente mudança. Da mesma maneira, pesquisas sobre o processo de construção das normas culturais da Igreja, do Direito ou do próprio senso comum por vezes incorrem no erro de aceitar a sua funcionalidade, incorporando sem querer as premissas universais em que se basearam. Armadilha sutil e amplamente presente na bibliografia de estudos da mulher, que compromete muitos dos seus resultados, para a qual devem estar alertas as pesquisadoras ou pesquisadores que escolham temas relativos à história da família e de papéis femininos.

A historicidade do próprio conhecimento num mundo em processo de transformação e de mudanças parece constituir um primeiro passo para encaminhar a discussão de um método dos estudos feministas. Vale dizer, endossar a teoria do perspectivismo, do historicismo, que parte de um “ponto de inserção” do objeto de estudo para a partir deste ponto construir as balizas do seu conhecimento⁷.

Este tipo de conhecimento histórico consiste basicamente em delimitar o lugar, a situação, a posição relativa do grupo social ou mulheres a serem estudadas no conjunto de uma certa sociedade. O primeiro passo consiste em assumir a temporalidade histórica do tema e a partir daí proceder à construção do objeto de estudo, delimitando e problematizando todas as balizas do conhecimento relativas a estas mulheres, até mesmo o próprio conceito de mulher ou a categoria mulheres⁸.

A fim de criar conceitos adequados, torna-se imprescindível a temporalização deles, sua contextualização histórica para que possam servir de balizas instáveis porém críticas, renegadas todas e quaisquer categorias universais, abandonados quaisquer parâmetros fixos ou permanentes, pois trata-se de posturas teóricas que se constroem enquanto processo de conhecimento movido num mundo transitório⁹.

A abordagem historicista e historicizante é profícua justamente porque incorpora as mudanças, aceita a transitoriedade do conhecimento, dos valores culturais em processo de transformação no tempo. Afinal, as próprias relações de gênero a que se prendem de imediato os estudos feministas permitem antever no futuro a transcendência desta dualidade cultural por um

⁷ GADAMER, Hans-Georg, op. cit. WEINSHEIMER, Joel C. *Gadamer's Hermeneutics*. New Haven: Yale's University Press, 1985

⁸ RILEY, Denise “Am I That Name?”. *Feminism and the category of women in History*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1990.

⁹ HARDING, Sandra. A Instabilidade das Categorias Analíticas na Teoria Feminista. *Revista Estudos Feministas* 1 (1), 1993, p. 7-32.

¹⁰ SELLER, Anne. Realism Versus Relativism. Towards a politically adequate epistemology. In: GRIFFITH, Morvenna e WHITFORD, Margaret, *Feminist Perspectives in Philosophy*. Bloomington Indiana University Press, 1988, p.169.

pluralismo de nuances e diferenças multiplicadas¹⁰.

Ao delinear temas, ao configurar assuntos relativos às experiências de vida em sociedade, nos defrontamos, antes de mais nada, com o problema das possibilidades do conhecimento, que se nos oferecem estes temas por construir.

Formas, categorias, sistemas, regras, valores, limites da linguagem, modos de intelecção de conceitos, múltiplas temporalidades a coexistirem, níveis de indagações, de interpretação são possibilidades do conhecimento que vêm sendo percorridas por historiadores desde há muito e que procuramos apreender a partir de nossa perspectiva contemporânea enquanto mudança no tempo, mais do que como permanências estruturais.

A hermenêutica sugere interpretações provisórias porém críticas, de modo a descortinar sentidos implícitos, à margem do normativo e do institucional, que podem ser vislumbrados por entre as linhas, ou nos intervalos intertextuais, de certa forma sempre subversivos da ordem, do permanente, cuja existência negam.

Trata-se de apreender o ser através da experiência vivida e não através de idéias, estaticamente, o que nos remeteria de volta ao discurso normativo de dominação masculina sobre as mulheres.

O estudo do cotidiano nas sociedades em transformação, ao resvalar por experiências de vida, escapa ao normativo, ao institucional, ao dito, ao prescrito e aponta para o vir a ser, para papéis informais, para o provisório e o improvisado, em geral para o vivido, o concreto, o imponderável e o não dito, sobretudo quando confrontado com regras, valores herdados e papéis prescritos. O movimento da história perpassa o cotidiano descobrindo ângulos de estudo imprevisíveis, resvalando por fimbrias, abrindo conhecimentos novos. Para Foucault, outro pioneiro inspirador da epistemologia feminista, estes papéis informais de resistência "...não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder (...) são o outro termo nas relações de poder: inscrevem-se nestas relações como o interlocutor Irredutível. Também são, portanto, distribuídas de modo irregular: os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos de vida, certos tipos de comportamento. Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? Às vezes. É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos,

¹¹ FOUCAULT, Michel *História da Sexualidade. A vontade de saber*. Rio de Janeiro. Graal, 1977, p. 92-3.

recortando-os e os modelando, trançando neles, em seus corpos e almas, regiões irredutíveis”¹¹.

O ofício da história é necessariamente o diálogo da nossa contemporaneidade com o passado, de que gostaríamos de nos libertar ou pelo menos de ver à distância, com os olhos iluminados pelas possibilidades múltiplas do nosso vir a ser no futuro. As trilhas pelas quais optamos para estudar o cotidiano devem abrir caminhos novos no mapa dos nossos conhecimentos a partir dos quais, se nos voltarmos de novo para a historiografia institucionalizada, poderemos desvendar pontos de vista globais renovados, ampliados, abertos para indagações novas. *Temas muito específicos têm o condão de sugerir perguntas e de se encaixar no panorama da historiografia de modo renovador, senão incômodo, certamente pouco convencional.*

Antes de mais nada, é preciso lembrar que a hermenêutica do concreto parte de uma teoria do conhecimento que reconhece a própria historicidade do conhecimento. O homem, ao contrário do que ocorre nas ciências experimentais ou objetivistas, é ao mesmo tempo sujeito e objeto do conhecimento, de modo que ao se propor construir um tema histórico, recortar um objeto de estudo e re-inventá-lo, dentro de certo método ou critérios de interpretação do passado, tem sempre em mente a historicidade de verdades, instituições, dogmas, antigamente tidos como irrefutáveis e cuja mudança o historiador pode reconstruir através das gerações e do passar do tempo. A partir do ponto em que se pode assim desmistificar verdades absolutas é que podemos colocar o problema da história do cotidiano e de sua historicidade no tempo.

A hermenêutica do cotidiano nesse sentido contribui com certa dose de relativismo para documentar diferenças, delinear formações específicas de classes sociais em sociedades diferentes, mostrar a diversidade e fluidez das relações de gênero e dos conceitos relativos aos papéis femininos tidos como universais. Os que adotam esta postura de estudo assumem de certa forma a perda de fios permanentes que entreteciam a urdidura de interrelações passado, presente e futuro.

Ao aderir aos limites de sua própria historicidade, pode o historiador, em vez de lidar com a confirmação no passado de princípios teóricos pré-estabelecidos, aspirar a uma compreensão mais concreta da experiência humana, que exerce um papel iconoclasta ou de exorcismo de mitos ou dogmas que se pretendem de validez universal ou permanente.

As posturas iconoclastas e relativistas do historicismo parecem adequadas à busca do conhecimento específico da experiência das mulheres em sociedade.

A hermenêutica de Hans-Georg Gadamer opõe à precariedade do ponto de vista (*Standpunkt, Standort, Zustand*) o conceito da historicidade inerente a todo conhecimento: "A verdade não se alcança metodicamente mas dialeticamente; a abordagem dialética da verdade é encarada como antítese do método, modo de ultrapassar a tendência que o método tem de estruturar previamente o modo individual de ver. Rigorosamente falando, o método é incapaz de revelar uma nova verdade; apenas explicita o tipo de verdade já implícita no próprio método"¹².

Gadamer elaborou a metáfora da fusão na linha do horizonte, ponto do encontro do historiador, enraizado nas condições do mundo contemporâneo, com as tradições do passado que busca interpretar.

Justamente esta vocação hermenêutica dos estudos feministas dirige o olhar do pesquisador(a) para a apreensão das diferenças, para o exercício de documentação das especificidades dos papéis femininos. Propicia uma atividade de escrutínio crítico, no sentido de desvendar, no cotidiano das sociedades contemporâneas, as possibilidades de áreas de resistência, de improvisação, de papéis sociais alternativos, complementares, nuançados, a descobrir outros focos de estudo, de modo a desvendar possibilidades futuras de eventuais mudanças na representação estereotipada das relações de gênero.

Nesse sentido, a hermenêutica do cotidiano, em vez de relativizar e fragmentar, participa em cheio da busca de conhecimentos novos para seres sociais, concretos, e pois diferenciados, culturalmente diversos e diversificáveis, que possam tomar a forma de consensos ou verdades parciais para determinados grupos da sociedade.

Na verdade, nadamos contra a maré do pensamento teórico sem poder abdicar da crítica dos intelectualismos mais sofisticados, pois a experiência vivida não se apreende empiricamente porém através da desconstrução de idealidades abstratas e do entrecruzar de pormenores concretos com o exercício de historicização de conceitos-chave para a história da mulher como os de classe social, etnia, cidadania. Deste modo é que vanguardas feministas encaram o problema da política da igualdade como um ponto de partida a ser entremeado e compatibilizado com as diferenças, que a historicidade dos conceitos e a história do cotidiano permitem elaborar nas mais diversas conjunturas históricas. O documentar das configurações específicas e das diferenças desconstrói o mito de uma condição feminina universal e abre horizontes políticos novos para os feminismos¹³.

¹² BOCK, Gisela e JAMES, Susan. *Beyond Equality and Difference: Citizenship, feminist politics and female subjectivity*. Nova Iorque. Routledge, 1992.

¹³ KRISTEVA, Julia. *Os Tempos da Mulher in Alice doesn't*. Bloomington. Indiana University Press, 1984; DE LAURETIS, Theresa *Semiotics and Experience*. Ibidem.

Este desafio tão contemporâneo das totalidades e do conhecimento institucionalizado busca a reinvenção, sobretudo no plano político de elos e mediações, ou de novos meios de convívio e de reajustamento de valores sociais, étnicos, diferenciados, em confronto com o sistema centralizado de massificação, que conhecemos e que nos envolve no nosso dia-a-dia. Trata-se da esperança na sobrevivência de múltiplas realidades ou conjuntos sociais diferenciados, que precisam ser compatibilizados com a exigência de organizações multinacionais, centralizadoras.

Cidadania e sociedade são prismas de estudo que já não se restringem, como no século passado, a partir de Marx, em opor uma ao outro a sociedade civil e o Estado. São atualmente temas - cidadania e sociedade - que abarcam o cotidiano, a esfera das relações pessoais, dos sentimentos, das relações particulares, familiares.

Nesse sentido, a história social das relações de gênero ou a história das mudanças da organização das famílias, sob impacto da industrialização, por exemplo, em diferentes momentos na vida das diversas sociedades que compõem o mundo contemporâneo, em que nos vemos inseridos, ao esmiuçar múltiplas mediações sociais nos revela compassos e descompassos que em sua diversidade nos desvendam, em vários níveis diferentes, as relações entre fenômenos amplos, globais e as mudanças que provocaram nas emoções, nos sentimentos, nas vidas íntimas e no processo de construção dos sujeitos em dados momentos históricos, descontraídos no tempo para diferentes sociedades.

A hermenêutica do cotidiano nas ciências humanas atuais consiste precisamente neste enfoque. É uma das explicações prováveis para a voga de certas vertentes da história das mentalidades e para o papel que alguns protagonistas desta linha de pesquisa adquiriram em meio às ciências humanas e ao público leitor da atualidade.

Uma vantagem do enfoque historicista ou perspectivista consiste no modo de interpretar a integração dos indivíduos no conjunto das relações de poder, pois permite através do esmiuçar das mediações sociais trabalhar melhor a inserção do indivíduo, homem ou mulher, no contexto mais amplo da sociedade em que vivem. É o que permite, dentro da margem de conhecimento possível, a reconstituição da experiência vivida, em vez de ater-se a papéis normativos ou institucionais. Na medida em que focaliza e ilumina papéis informais, propicia a análise da ambigüidade e mesmo da fluidez de suas práticas, costumes, estratégias de sobrevivência. O perspectivismo possibilita a reconstrução de temas estratégicos do cotidiano, a partir do presente, no

mundo atual, onde se configuram de forma essencialmente abrangente (família, sexualidade, amor romântico), para reconstituí-los numa perspectiva histórica, de modo que parecem relativizados no tempo, perdendo a conotação universal, que o valor ideológico lhes confere.

A consciência da politização do privado, das relações de gênero, da multiplicidade de sujeitos e de processos históricos de construção das subjetividades foi acrescida da crítica que torna visível a historicidade de valores considerados estanques como natureza e cultura, público e privado, sujeito e objeto, razão, emoções, paixões, dualidades que têm por certo sua historicidade, a qual, porém, o pensamento contemporâneo procura transcender.

A historiografia feminista segue os mesmos parâmetros, pois tem o seu caminho metodológico aberto para a possibilidade de construir as diferenças e de explorar a diversidade dos papéis informais femininos. O campo de visibilidade ainda é restrito porém cada vez mais nítido, construindo aos poucos um campo novo do conhecimento, na medida em que se devassam as distâncias entre norma e prática social, papéis normativos e informais.

A história social das mulheres implica pôr de lado quase tudo o que existe como dado na historiografia atual, que em geral reflete o projeto social das elites dominantes. Este projeto dificilmente coincide com a vivência concreta de indivíduos, principalmente quando se trata de mulheres, mesmo que de elites pois, enquanto projeto, aparece necessariamente impregnado por toda uma ideologia normativa e institucionalizante. O cunho renovador desta historiografia, ao concentrar-se nos papéis informais e nas mediações sociais, abre espaço para a relativização das normas e das temporalidades pré-fixadas. Mais do que isto, acumula conhecimentos extremamente diversificados sobre papéis femininos nas mais diferentes culturas, no sentido de documentar *ad infinitum* a diferença. Evidentemente, não se trata de estudos históricos comparativos em busca de padrões universais, mas da ênfase nas particularidades e na multiplicação das diferenças, no modo como se contrapõem, exemplificando atitudes que se opõem aos estereótipos de dominação cultural.

Este é o sentido de inovação da teoria feminista de desbravamento do cotidiano na perspectiva histórica, pois o acumular de conhecimentos específicos sobre a experiência concreta das mulheres em sociedades caracterizadas, como a nossa, pelo convívio de diferentes etnias e com grande desigualdade de renda, a longo termo, vem se contrapor aos valores culturais de dominação.

A crítica da racionalidade e a descoberta do cotidiano como tema das ciências humanas pode-se

dizer que parte de uma multiplicidade de vertentes críticas renovadoras do conhecimento e que todas têm indiretamente uma participação crucial na formulação de uma hermenêutica feminista das diferenças e da multiplicidade de temporalidades que co-existem no mundo contemporâneo sempre que nos voltamos para papéis femininos na sociedade brasileira contemporânea ou para questões candentes como a dos direitos reprodutivos.

Visto pelo prisma da nossa contemporaneidade enquanto espaço de mudança, de resistência ao processo de dominação, o cotidiano define um campo social de múltiplas interseções de fatores que contribuem decisivamente para transcender categorias e polaridades ideológicas. Interseções que aproximam e diluem um no outro conceitos ideológicos estratégicos como o do público e do privado, o sujeito e o objeto - que todos envolvem crítica à dualidade das relações de gênero, tanto na medida em que estão determinadas como no processo em que estão se transformando e sendo transformadas.

As múltiplas temporalidades da história das mulheres, sua interseção mútua e mesmo a co-existência de uma diversidade de tempos históricos no mesmo momento do passado é um dos temas mais promissores da epistemologia feminista e certamente um dos mais renovadores dos estudos atuais pois, através da elaboração das temporalidades, seja no plano do ciclo vital e da experiência individual, seja no nível dos processos sociais, pode-se vislumbrar a crítica da ideologia, dos valores supostamente universais e das supostas permanências patriarcais. Abrem por sua vez a chave para a crítica do sujeito masculino universal e do próprio conceito de natureza humana dos ilustrados do século XVIII, que ainda aparece hoje em dia. É o que nos permite vislumbrar aos poucos a documentação de múltiplas subjetividades em vez da contínua reiteração de um ponto fixo de definição do sujeito cognocente das epistemologias tradicionais desde Descartes. Este sujeito universal masculino cederia aos poucos lugar para uma pluralidade de centros vistos como processos de vir a ser de novas subjetividades femininas até há pouco invisíveis e insondadas.